

## SOBRE A ESTRUTURA DOS CONSTITUINTES INTERROGATIVOS

## GOVERNO E INVERSÃO

MANUELA ÂMBAR

Faculdade de Letras de Lisboa

No quadro da teoria do "Governo e Ligação" têm sido dadas respostas diversas ao fenómeno de inversão nas interrogativas Qu-. Partindo de uma comparação com o que foi proposto para o espanhol por Torrego (81), o presente trabalho procura encontrar uma motivação empírica e temática para a hipótese de subida do verbo. O diferente comportamento dos constituintes Qu-interrogativos, segundo a presença ou ausência de um N foneticamente realizado, conduz-nos a postular a existência de uma categoria vazia que, devendo ser governada (ou propriamente governada), é responsável pelo fenómeno de inversão nestas construções. Esta proposta, associada à noção de absorção permite dar conta dos seguintes factos: (i) contraste entre interrogativas directas com N foneticamente realizado em COMP e interrogativas directas sem N foneticamente realizado; (ii) assimetria interrogativa directa vs interrogativa indirecta; (iii) oposição "que/o que" nas encaixadas; (iv) oscilação de gramaticalidade nas ilhas Qu-; (v) inversões obrigatórias vs facultativas.

O sistema construído leva-nos finalmente a considerar que existe uma gradação na força referencial das categorias vazias com reflexos no tipo de governo (fraco ou forte) a que são sujeitas.

## ON THE STRUCTURE OF INTERROGATIVE CONSTITUENTS

## GOVERNMENT AND INVERSION

The theory of "Government and Binding" has inspired different answers to the inversion phenomenon in Wh-questions. Based on a comparison with Torrego's (84) proposal for Spanish, the present work seeks an empirical and theoretical motivation for the verb raising hypothesis. The different status of the interrogative Wh-phrases, according to the presence or absence of a phonetically realized N, takes us to postulating the existence of an

empty category which should be governed (or properly governed) and is responsible for inversion in these constructions. This proposal, associated with the concept of absorption, allows us to account for the following facts: (i) contrast between direct questions with N phonetically realized in COMP and indirect questions without phonetically realized N; (ii) direct question vs indirect question asymmetry; (iii) "que/o que" opposition in embedded questions; (iv) variation in grammaticality concerning Wh-islands; (v) obligatory vs optional inversions.

The proposed system will finally lead us to consider the existence of a gradation in the referential force of the empty categories reflecting on the kind of government (weak or strong) to which they are submitted.

No quadro da Gramática Gerativa Transformacional, mais especificamente no quadro da Teoria de Governo e Ligação (GB), têm sido dadas respostas diversas ao fenómeno de inversão em interrogativas Qu-. Vejam-se por exemplo os trabalhos de Zubizarreta (82), Rouveret (82) e Brito (82) para o Português; de Torrego (84) para o Espanhol; de Kayne (83) e (84) para o Francês (uma extensão e integração da sua teoria "Connectedness" de análises anteriores, nomeadamente de Kayne e Pollock (78) e de Kayne (79) e (81)); de Safir (82) para o Inglês, Francês e Alemão; de Obenauer (84) para o Francês; de Taraldsen (85) para o Norueguês.

A questão fundamental reside no porquê de inversões obrigatórias vs facultativas nas diferentes línguas. As análises propostas dividem-se fundamentalmente em duas perspectivas: as que defendem que o SN sujeito se desloca para a direita do verbo, ficando numa posição adjunta ao SV - é a posição de Kayne para o que foi chamado de inversão estilística em Francês; as que defendem que não é o SN sujeito que desce mas o verbo que sobe para uma posição adjunta a S - é, por exemplo, a posição de Torrego para o Espanhol.

Debruçar-me-ei aqui apenas sobre a análise de Torrego que constituiu ponto de partida do presente trabalho. Com base em dados do Espanhol de que as frases de (1) a (5) são exemplo:

1. a) Qué querían esos dos?

a') \* Qué esos dos querían?

b) A quién prestó Juan el diccionario?

b') \* A quién Juan prestó el diccionario?

2. a) No sabía que querían esos dos.  
 a') \*No sabía que esos dos querían.  
 b) No me acuerdo a quién prestó Juan el diccionario.  
 b')\*No me acuerdo a quién Juan prestó el diccionario.
3. a) En qué medida la constitución ha contribuido a eso?  
 b) Por qué Juan quiere salir antes que los demás?  
 c) Cuando Juan consiguió por fin abrir la puerta ayer?  
 d) Como Juan ha conseguido por fin meter allí a su hijo?
4. No me acuerdo en que medida la constitución ha contribuido a eso?
5. a) Qué pensaba Juan que le había dicho Pedro que había publicado le revista?  
 b) \* Que pensaba Juan que Pedro le había dicho que la revista había publicado?

Torrego faz a generalização seguinte: a inversão em Espanhol é obrigatória quando os constituintes movidos para COMP são argumentos temáticos do verbo (internos ou externos no sentido de Williams (80) ou de Marantz (81)). Assim, se nas frases de (1) o estatuto de argumento temático de "quē" e de "a quién" desencadeia a subida do verbo, em (3), não tendo os constituintes deslocados esse estatuto, a inversão não tem lugar. Como observa Torrego, verifica-se em Espanhol um homogeneidade de comportamento directa/indirecta visível no confronto dos exemplos (2) e (4) com (1) e (3), respectivamente. Se o constituinte é movido não para o COMP da frase em que surge, na sua posição de base, mas para um COMP mais alto, a generalização proposta ainda é válida. Neste caso a subida do verbo é desencadeada pelo vestígio deixado em COMP pelo movimento cíclico do argumento temático movido.

A análise que proponho identifica-se com a de Torrego enquanto considero a inversão em estruturas interrogativas. Qu- como o reflexo de uma subida do verbo, mas, como veremos, diverge dela

em alguns pontos fundamentais. Em contraste com a uniformidade de tratamento dado por Torrego a estas estruturas, distinguirei entre dois tipos de constituintes *Qu-* interrogativos segundo integram ou não um N foneticamente realizado, fazendo corresponder a esta bipartição a oposição entre inversão facultativa e inversão obrigatória e entre descida do SN e subida do verbo. Por outro lado, o sistema que construo tem como grande objectivo encontrar para a questão: "porquê subida do verbo?" uma resposta empírica e teoricamente fundamentada.

Dado os limites do tempo desta comunicação, referir-me-ei apenas ao mecanismo posto em funcionamento nas inversões obrigatórias - as que são desencadeadas pelo movimento para COMP de constituintes *Qu-* interrogativos que não integram um N foneticamente realizado.

Com base em dados do Português de que podemos observar os exemplos (6) a (9):

- (6) a. Que/O que comprou a Joana?  
 a'. \* Que/O que a Joana comprou?  
 b. A quem ensinou o João gramática?  
 b'. \* A quem o João ensinou gramática?
- (7) a. Que vinho o João bebe habitualmente?  
 a'. Que vinho bebe o João habitualmente?  
 b. \* Que o João bebe habitualmente?  
 b'. Que bebe o João habitualmente?
- (8) a. Quando chegaram os teus amigos?  
 a'. \* Quando os teus amigos chegaram?  
 b. A que horas os teus amigos chegaram?  
 b'. A que horas chegaram os teus amigos?
- (9) a. Não sei que comprou a Joana.  
 a'. \* Não sei que a Joana comprou.  
 b. Não sei o que comprou a Joana.

- b'. Não sei o que a Joana comprou.  
 c. Não sei quando partiram os teus amigos.  
 c'. Não sei quando os teus amigos partiram.

verificamos que, contrariamente à generalização para o Espanhol, a inversão em Português não resulta do movimento para COMP de um argumento temático do verbo. A par de (6), em que a generalização de Torrego é respeitada, surgem frases como as de (7)a. e de (8)a. em que, respectivamente, argumentos temáticos não desencadeiam inversão e constituintes que não são argumentos temáticos a desencadeiam. Também, contrariamente aos dados de Torrego para o Espanhol, em Português não há homogeneidade de comportamento directa/indirecta - em (9), à excepção de que nenhum dos outros constituintes interrogativos exige inversão na encaixada (argumentos temáticos ou não).

Partindo destas observações, podíamos propôr, numa primeira abordagem, a generalização seguinte: em Português, a inversão nas interrogativas Qu- directas é obrigatória sempre que o constituinte deslocado para COMP (argumento temático do verbo ou não) não contém um N foneticamente realizado. Nas indirectas, a inversão só é obrigatória quando o elemento Qu- em COMP é que.

O sistema de análise que proponho procura encontrar o porquê desta generalização e parte de um par mínimo fundamental apresentado em (7) e retomado aqui:

- (7) a. Que vinho o João bebe habitualmente?  
 b. \*Que o João bebe habitualmente?

Sabemos que a presença de categorias vazias (c.v.) na representação estrutural das frases desempenha no actual quadro da GGT (GB) um papel fundamental. Suponhamos que formulávamos sobre a estrutura de COMP de (7)b. a hipótese representada em (10):

$$(10) \left[ \text{QUE } [e]_{X^n} \right]_{X^{n+1}} \\ + \text{Qu-}$$

QUE seria um especificador  $Qu-$  Interrogativo com o estatuto de cabeça do constituinte Interrogativo. Do mesmo modo que em termos da teoria  $X'$  podemos admitir que COMP na configuração (11):

$$(11) \left[ \bar{S} \text{ [COMP ...] [S ...] } \right]$$

é o especificador de S e a cabeça de  $\bar{S}$ . Esta ideia aproxima-se da de Guéron e May (84) que consideram que especificadores como so e too em Inglês são a cabeça de proposições do tipo "So many books have been published that I haven't been able to read them all". Os constituintes interrogativos seriam assim uma projecção de  $QUE+Qu-$  e nisso se distinguiriam dos SN não interrogativos. Em vez de falarmos de SN interrogativos devíamos antes falar de  $SQu-$ . Por comodidade de exposição continuarei a falar de  $SN_{+Qu-}$ , tal como falamos de  $S'$  em vez de  $COMP'$ .

Considerarei também que se o constituinte representado em (10) é deslocado para COMP, a sua cabeça ( $QUE_{+Qu-}$ ) torna-se a cabeça de COMP. (1). Em consequência, admitirei que os constituintes interrogativos (SN ou SP) uma vez deslocados para COMP não constituem mais projecções máximas - com efeito o que era a sua cabeça é agora a cabeça de COMP. Assumirei também que COMP não constitui uma projecção máxima, o que de certo modo decorre do facto de COMP ser em si mesmo uma cabeça (a cabeça de  $\bar{S}$ ). Esta abordagem permite-nos já ver um primeiro paralelismo entre Que Interrogativo e Que complementador. Funcionam os dois como cabeças de COMP.

Passemos ao estatuto de [e] em (10). Ao definir a noção de categoria vazia, Chomsky considera que:

"(...) the grammatical features of pronouns are drawn solely from  $\emptyset$ , whereas overt anaphors and R-expressions have some other features as well. (...) The set  $\emptyset$  includes person, number, gender, CASE and perhaps other features(2) (e.g. perhaps (Wh-)). We refer to the members of  $\emptyset$  as  $\emptyset$ -features. We call  $\alpha$  an empty category if

$\langle -[F]$ , where  $[F] \subset \emptyset$ ,  $F$  non-null. If  $\langle$  is not an empty category call it a lexical category".

Chomsky (1981, p. 330)

Admitamos que alargávamos o conjunto  $\emptyset$  de maneira a aí incluir os traços [+humano], [+específico], [+tempo], [+causa], [+lugar], [+modo]. O conjunto destes traços é um subconjunto de  $\emptyset$  - chamemos-lhe o subconjunto  $R$  - que restringe o domínio de referência de  $\langle$ . Referir-me-ei aos traços de  $R$  como traços- $r$ . Se uma c.v. é [+ $r$ ] ela tem o seu conteúdo mais identificado do que uma categoria marcada [- $r$ ]. Prediz-se assim que haja categorias vazias que referem domínios mais ou menos restritos - um pressuposto com repercussões na distribuição da inversão em Português.

Assim, sendo os traços [- $r$ ] do subconjunto  $R$  atribuídos à c.v. de (10), ela seria posteriormente interpretada em Forma Fonética (FF) como segue:

(12)	QUE [e] <sub>-r</sub>	[que]
	QUE [e] <sub>+hum</sub>	[quem]
	QUE [e] <sub>+esp</sub>	[o que]
	QUE [e] <sub>+tempo</sub>	[quando]
	QUE [e] <sub>+lugar</sub>	[onde]
	QUE [e] <sub>+modo</sub>	[como]
	QUE [e] <sub>+causa</sub>	[porque]

Note-se que estes constituintes, à excepção de que, estão em distribuição complementar com um N foneticamente realizado: \* quem pensa, \* o que coisa, \* quando horas, \* onde sítio, etc., mas: que coisa, que pessoas, a que horas, etc..

Proponho também que, se marcada [+ $r$ ], esta c.v. e a cabeça QUE sofrem absorção:

$$(13) \quad \text{QUE [e]_{+r}} \longrightarrow \text{QUE-e}_{+r}$$

Esta noção de absorção não é ad-hoc para este fenómeno - Penetky (82) propõe que frances como "Qui croira-tu qui est parti?" não pos-

níveis em francês, porque o vestígio deixado, no COMP encaixado, pelo movimento cíclico do constituinte interrogativo sujeito da subordinada, sofre absorção com o complementador que (que  $t_1$  -  $qui_1$ ), permitindo o governo de um vestígio em posição sujeito numa língua não pro-drop. Com a definição (14) procuro dar conta das condições que legitimam a absorção:

(14) Na configuração  $\gamma(\alpha, \beta)$ , há absorção entre  $\alpha$  e  $\beta$  se:

- (i)  $\alpha$  é menos referencial e está numa posição  $\bar{A}$ ;
- (ii)  $\alpha$  é a cabeça de  $\gamma$ ;
- (iii)  $\beta$  é uma c.v. identificada (por coindexação ou por traços-r).

Tanto nos constituintes interrogativos como na absorção proposta por Pesetsky temos uma cabeça referencial, uma posição  $\bar{A}$  e uma c.v. identificada. Intuitivamente esta proposta encontra um fundamento: uma c.v. [+r] impõe-se a uma cabeça [-r]. Note-se que nos casos em que há absorção a c.v. torna-se parte integrante da cabeça de COMP, o que tem consequências importantes na análise que se vai seguir.

A hipótese de traços [ $\bar{r}$ ] baseia-se na ideia de que há uma gradação na força referencial das categorias (uma ideia que aparece por exemplo em Cinque (84) e (85)), com prováveis reflexos no tipo de governo a que estão sujeitas.

Admitindo que [e] é uma c.v. resta ainda a pergunta: onde a situar na tipologia das c.v. proposta por Chomsky em termos de [ $\bar{+}$  pronominal] e [ $\bar{+}$  anafórico]. Também a resposta a esta questão não cabe no âmbito deste trabalho, já que para apresentar os argumentos que me levaram a uma opção teria de fazer incursões em análises de outros fenómenos, nomeadamente nas teorias sobre "pro" que começam a tomar forma (ver os trabalhos recentes de Cinque, Rizzi e Obenauer). De qualquer modo, a partir da análise que proponho, é fácil ver que não pode ser PRO (seria governado), não pode ser anátora (não teria antecedente na sua categoria governante)



e parece não poder ser variável, embora esta seja uma hipótese mais plausível que as anteriores, sobretudo se admitirmos a proposta recente de Taraldsen (85) de que o verbo movido transforma a posição COMP numa posição argumental. A hipótese restante seria pro.

Fazendo abstracção de algumas modificações que a análise em termos de "pro" implica, tratemos esta c.v. como estando sujeita aos princípios que regulam a distribuição das c.v., nomeadamente ao Princípio das Categorias Vazias (PCV), definido em (15):

- (15) PCV def.: Uma categoria vazia deve ser propriamente governada.

Governo próprio está definido em (16) e governo em (17):

- (16)  $\alpha$  governa propriamente  $\beta$ , se e somente se  $\alpha$  governa  $\beta$ , e:

(i)  $\alpha$  é lexical ( $=X^0$ ) ou,

(ii)  $\alpha$  está coindexado com  $\beta$ .

- (17) X governa Y, sse  $\psi \emptyset$ , uma projecção máxima,  $\emptyset$  domina  $X \Rightarrow \emptyset$  domina Y.

(Aoun e Sportiche (83))

Para as frases agramaticais de (6), (7) e (8) teríamos a configuração (18)a. em que [e] em COMP não é governado. Para evitar esta violação de PCV é necessário que o verbo suba a fim de governar a c.v.. A estrutura resultante, representada em (18)b., respeita a noção de governo dada em (17), na medida em que assumo com Torrego que o nó S adjunto (criado pela deslocação do verbo mais a Flexão) não constitui uma projecção máxima:

- (18)a. \*  $[_{\bar{S}} [_{COMP} QUE [e]_{\pm r} ]_J [_{S} NP^I FLEX^I [_{VP} V v_j ] ] ] ]$

- b.  $[_{\bar{S}} [_{COMP} QUE [e]_{\pm r} ]_J [_{S} V_I-FLEX^I [_{S} NP^I [_{VP} v_j v_j ] ] ] ] ] ]$

Note-se que se a c.v. é [+r] há absorção, mas com absorção ou sem absorção a subida do verbo é obrigatória - a c.v. não tem outra forma de ser governada. O mesmo nem sempre acontece nas Indirectas.

Se a c.v. é [-r] temos para a frase (9)a', a representação (19)a. que, tal como nas directas, é excluída:

(19)a. \* ... V [ $\bar{S}$  [ $_{COMP}$  QUE [e]  $_{-r}$ ] ] [ $_S$  NP<sup>1</sup> FLEX<sup>1</sup> [ $_{VP}$  V v<sub>1</sub> ] ] ]

b. ... V [ $\bar{S}$  [ $_{COMP}$  QUE [e]  $_{-r}$ ] ] [ $_S$  V<sub>1</sub>-FLEX<sup>1</sup> [ $_S$  NP<sup>1</sup> [ $_{VP}$  v<sub>1</sub> v<sub>j</sub> ] ] ] ]

$\bar{S}$  é uma projecção máxima. Admitindo que o governo do exterior de uma projecção máxima só é acessível à sua cabeça (cf. Rouveret e Vergnaud (80) e Kayne (81)) e que COMP é a cabeça de  $\bar{S}$  (cf., por exemplo, Kayne (81), Stowell (81), Jaeggli (82)), a c.v. no COMP de (19)a., não sendo cabeça de S', não é governada pelo verbo (V) matriz. Ainda como nas directas, a estratégia de subida do verbo representada em (19)b. permite resolver esta violação de PCV. Se a c.v. é marcada [+r], como em (20), pela regra da absorção, ela passa a fazer parte integrante da cabeça de COMP (QUE-e). Tornando-se acessível ao governo do exterior, o verbo matriz pode governá-la e a estrutura "S" representada em (20) será bem formada:

(20) ... V [ $\bar{S}$  [ $_{COMP}$  QUE -e  $_{+r}$ ] ] [ $_S$  NP<sup>1</sup> FLEX<sup>1</sup> [ $_{VP}$  V v<sub>j</sub> ] ] ]

Voltemos às estruturas "S" (18)b. e (19)b.. É necessário precisar alguns pressupostos técnicos.

De acordo com Kayne (83), e contrariamente a Torrego (84), assumo que S é uma projecção máxima e que V-Flex não governa a posição sujeito, embora lhe atribua CASO (3) (ver Belletti e Rizzi (81)). Assumo também, na sequência de Torrego, que o vestígio do verbo (V<sub>1</sub>) não governa propriamente, mas governa e atribui CASO. Põe-se então a questão de saber como é que o vestígio do constituinte deslocado para COMP respeita PCV em, por exemplo, (18)b..

Torrego resolveu esta questão propondo a definição de governo próprio seguinte:

(21) [e] é propriamente governado se e só se:

- (1) há um  $X^0$  tal que  $X^0$  governa  $[e]$ , ou  
 (11)  $[e]$  está numa cadeia  $C = (a_1 \dots a_n)$  tal que  
 (a) para cada  $i$ ,  $a_i$  é governado, e  
 (b)  $n > 1$ .  
 (Torrego, (84))

O facto de "quando", um adjunto cujo vestígio não é governado pelo vestígio do verbo, exigir inversão em Português (cf. exemplo (8)a'.) repõe o problema. Adoptando a noção de governo por antecedente (4) de Lasnik e Saito (84), dada em (22), considero que, em alternativa à proposta de Torrego, o vestígio de "quando" é governado pelo seu antecedente em COMP.

(22)  $\alpha$  governa por antecedente  $\beta$  sse:

- (i)  $\alpha$  e  $\beta$  estão coindexados;  
 (ii)  $\alpha$  c-comanda  $\beta$ ;  
 (iii) não existe um  $\gamma$  ( $\gamma = NP$  ou  $S'$ ) tal que  $\alpha$  c-comanda  $\gamma$  e domina  $\beta$  a menos que  $\beta$  seja a cabeça de  $\alpha$ .

(Lasnik e Saito, (84))

Lasnik e Saito mostraram que esta noção de governo por antecedente, uma extensão da noção de governo (de "Lectures on Government and Binding") tem efeitos importantes em diferentes fenómenos de línguas como o Inglês, Japonês, Chinês e Polaco. Integrá-la no sistema que tenho vindo a apresentar não constitui portanto uma proposta ad-hoc para a análise de inversão em Português.

Para todos os casos de inversão facultativa, considero, de acordo com Kayne, que não é o verbo que sobe mas o SN que desce para uma posição adjunta a S. A análise desses casos implica no entanto outras noções e a análise de outros fenómenos que não cabem neste trabalho.

Sempre que a inversão é obrigatória (sempre que há em COMP uma c.v. que precisa de ser governada), o Português recorre alter-

nativamente a outra estratégia: é que. Na impossibilidade de tratar aqui as estruturas com "é que" direi apenas que uma análise do tipo da de Obenauer (81), associada à ideia de que é que governa a c.v. em COMP, parece, numa primeira abordagem, dar conta dos factos portugueses.

A análise esboçada tem efeitos não apenas nos fenómenos apresentados, mas também noutros aspectos da sintaxe do Português, nomeadamente em interrogativas múltiplas, ilhas factivas, estruturas com NP quantificados e ilhas Qu-.

Em (23), apresento alguns exemplos de frases com violações de ilha Qu-. Em (23'), as respectivas estruturas "S". Nas frases (23) b., d., e., f., um mecanismo adicional, não referido neste trabalho mas presente nas estruturas interrogativas com inversão facultativa e nas ilhas factivas, permite o governo próprio do vestígio em posição sujeito.: se COMP é +r e Flex está "in situ", a posição sujeito é propriamente governada.<sup>(5)</sup> As frases (23) e., g., m. marcadas "??" representam o caso em que, em vez de um verbo matriz lexical, temos, a governar COMP, o seu vestígio. Como vimos, o vestígio de um verbo governa mas não governa propriamente. A não total agramaticalidade destas frases leva-nos assim a pensar que as c.v. [+r] estão sujeitas a um tipo de governo mais fraco. Mas não desenvolverei aqui esta questão. Tendo em conta estas observações, deixo ao leitor a tarefa de verificar nos exemplos de (20), a validade do sistema proposto.

- (23) a. \* Quem não sabes que leu?  
 b. Quem não sabes que livro leu?  
 c. \* Quem é que não sabes que leu?  
 d. Quem é que não sabes o que leu?  
 e. ??Quem não sabes o que leu?  
 f. Quem não sabes o que é que leu?  
 g. ??Onde não sabes quem pôs o livro?

- h. Em que prateleira não sabes quem põs o livro?  
 i. Onde é que não sabes quem põs o livro?  
 j. \*Onde é que não sabes que põs o João?  
 l. Que livro não sabes onde o João põs?  
 m. ??O que/que não sabes quem põs na prateleira?  
 n. O que/que é que não sabes quem põs na prateleira?

(23') a. \* [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  [ $_{\text{S}}$  não sabe $_{\text{I}}$ -Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  pro $^1$  v $_{\text{I}}$   
 [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE [e] $_{-\text{r}}$ ] $_{\text{k}}$  [ $_{\text{S}}$  le $_{\bar{2}}$  Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  v $_{\text{2}}$  v $_{\text{k}}$ ]]]]]]].

b. [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  [ $_{\text{S}}$  não sabe $_{\text{I}}$ -Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  pro $^1$  v $_{\text{I}}$   
 [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE livro] $_{\text{k}}$  [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  Flex $^1$  le- v $_{\text{k}}$ ]]]]]]].

c. \* [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  é que pro $^1$  não sabes $^1$  [ $\bar{S}$   
 [ $_{\text{COMP}}$  QUE [e] $_{-\text{r}}$ ] $_{\text{k}}$  [ $_{\text{S}}$  le $_{\bar{2}}$  Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  v $_{\text{2}}$  v $_{\text{k}}$ ]]]]]]].

d. [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  é que pro $^1$  não sabes $^1$  [ $\bar{S}$   
 [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{resp.}}$ ] $_{\text{k}}$  [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  Flex $^1$  le- v $_{\text{k}}$ ]]]]].

e. ?? [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  [ $_{\text{S}}$  não sabe $_{\text{I}}$ -Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  pro $^1$  v $_{\text{I}}$   
 [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{resp.}}$ ] $_{\text{k}}$  [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  Flex $^1$  le- v $_{\text{k}}$ ]]]]]]].

f. [ $\bar{S}$  [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{hum}}$ ] $_{\text{j}}$  [ $_{\text{S}}$  não sabe $_{\text{I}}$ -Flex $^1$  [ $_{\text{S}}$  pro $^1$  v $_{\text{I}}$  [ $\bar{S}$   
 [ $_{\text{COMP}}$  QUE  $-e_{+\text{resp.}}$ ] $_{\text{k}}$  é que [ $_{\text{S}}$  v $_{\text{j}}^1$  Flex $^1$  le- v $_{\text{k}}$ ]]]]]]].

- g. ??  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{lugar}}]_k [_{\text{S}} \text{não sabe}_{\bar{I}} \text{Flex}^t [_{\text{S}} \text{pro}^t v_1$   
 $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{hum}}]_j [_{\text{S}} v_j \text{ pôs o livro } v_k ]]]]]$ .
- h.  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{Em QUE prateleira}]_k [_{\text{S}} \text{pro}^t \text{não sabes}^t [_{\bar{S}}$   
 $[_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{hum}}]_j [_{\text{S}} v_j \text{ pôs o livro } v_k ]]]]]$ .
- i.  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{lugar}}]_k \text{ é que } \text{pro}^t \text{não sabes}^t [_{\bar{S}}$   
 $[_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{hum}}]_j [_{\text{S}} v_j \text{ pôs o livro } v_k ]]]]$ .
- j. \*  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{lugar}}]_k \text{ é que } \text{pro}^t \text{não sabes}^t [_{\bar{S}}$   
 $[_{\text{COMP}} \text{QUE } [e]_{-r}]_j [_{\text{S}} \text{pôr}_2 \text{Flex}^t [o \text{João}^t v_2 v_j v_k ]]]]]$ .
- k.  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE livro}]_j [_{\text{S}} \text{pro}^t \text{não sabes}^t [_{\bar{S}}$   
 $[_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{lugar}}]_k [_{\text{S}} \text{O João pôs } v_j v_k ]]]]]$ .
- m. ??  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } [e]_{\bar{r}}]_k [_{\text{S}} \text{não sabe}_{\bar{I}} \text{Flex}^t [_{\text{S}} \text{pro}^t v_1$   
 $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{hum}}]_j [_{\text{S}} v_j \text{ pôs } v_k \text{ na prateleira}]]]]]$ .
- n.  $[_{\bar{S}} [_{\text{COMP}} \text{QUE } [e]_{\bar{r}}]_k \text{ é que } \text{pro}^t \text{não sabes}^t [_{\bar{S}}$   
 $[_{\text{COMP}} \text{QUE } -e_{+\text{hum}}]_j [v_j \text{ pôs } v_k \text{ na prateleira}]]]$ .

Partindo do diferente comportamento dos constituintes Qu- interrogativos, segundo integram ou não um N foneticamente realizado, (cf. exemplo (7)a., b.) explicámos a obrigatoriedade de inversão nas interrogativas directas, a sua não obrigatoriedade nas indirectas, o contraste que/o que nas indirectas (mas a sua homogeneidade de comportamento nas directas), os diferentes graus de gramaticalidade nas ilhas Qu-, ao mesmo tempo que encontramos uma justificação empírica e teórica para a subida do verbo nestas construções.

## NOTAS:

1. Sobre a ideia de que um elemento vindo do exterior se pode tornar a cabeça de COMP, ver Lasnik e Saito (84).
2. O sublinhado é meu.
3. Este pressuposto permite a Kayne excluir frases como \*"What did you say?"
4. Governo por antecedente equivale a governo próprio.
5. Cf. Ambar (85).

## REFERÊNCIAS

- AMBAR, M. (1985). "Gouvernement et Inversion dans les Interrogatives Qu- en Portugais". A publicar em Recherches Linguistiques.
- AOUN, J. e D. Sportiche (1983). "On the Formal Theory of Government", The Linguistic Review 3.
- BELLETTI, A. e L. Rizzi (1981). "The Syntax of "ne": Some Theoretical Implications", The Linguistic Review 1.2.
- BRITO, A.M. (1982). "Conditions on Verb Raising in Portuguese", Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- CHOMSKY, N. (1981). Lectures on Government and Binding, Foris, Dordrecht.
- CHOMSKY, N. (1982). Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- CINQUE, G. (1984). "A'-bound pro vs variable", Universidade de Veneza.

- GUÉRON, J. e R. May (1984). "Extraposition and Logical Form", Linguistic Inquiry, 15.1.
- JAEGGLI, O. (1982). On Some Phonologically-Null Elements in Syntax, Dissertação de Doutorado, MIT, Cambridge, Massachusetts.
- KAYNE, R. (1984). Connectedness and Binary Branching, Foris, Dordrecht.
- KAYNE, R. (1984b). "Connexité et inversion du sujet". A publicar em D. Couquaux e M. Ronat, eds., La grammaire modulaire, Editions de Minuit, Paris.
- KAYNE, R. e J.-Y. Pollock (1978). "Stylistic Inversion, Successive cyclicity, and 'Move NP' in French", Linguistic Inquiry 9.4.
- LASNIK, H. e M. Saito (1984). "On the Nature of Proper Government", Linguistic Inquiry 15.2.
- OBENAUER, H. (1981). "Le principe des catégories vides et la syntaxe des interrogatives complexes", Langue Française 52.
- OBENAUER, H. (1983). "On the Identification of Empty Categories". A publicar em The Linguistic Review 4.
- PESETSKY, D. (1982). "Complementizer-Trace Phenomena and the Nominative Island Condition", The Linguistic Review 1.3.
- RIZZI, L. (1985). "Null Objects in Italian and the Theory of pro", MIT, Cambridge, Massachusetts.
- ROUVERET, A. (1982). "How Infl associates with its verb in Portuguese and Spanish". Colóquio de Sitges 1983.
- ROUVERET, A. e J.-R. Vergnaud (1980). "Specifying Reference to the Subject: French Causatives and Conditions on Representations", Linguistic Inquiry 11.1.
- SAFIR, K. (1982). "Inflection-Government and Inversion", The Linguistic Review 1.4.
- STOWELL, T. (1981). Origins of Phrase Structure, Dissertação de Doutorado, MIT, Cambridge, Massachusetts.
- TARALDSEN, T. (1985). "Why there is no unitary V<sub>2</sub> Parameter". Glow 1985.
- TORREGO, E. (1984). "On Inversion in Spanish and Some of Its Effects", Linguistic Inquiry 15.
- ZUBIZARRETA, M.-I. (1982). "Theoretical Implications of Subject Extraction in Portuguese", The Linguistic Review 2.



## DEBATE:

JOÃO PERES. Falaste a certa altura de "gradação da força referencial" e disseste que essa gradação da força referencial tem reflexos ao nível do governo, o que é crucial para a tua análise. Eu gostava que explicitasses um pouco melhor, se possível, esta noção de "gradação da força referencial".

MANUELA AMBAR. Bom, a expressão "gradação da força referencial" não é apenas minha, é também de Cinque (84). Cinque observa que nem todos os constituintes interrogativos permitem uma referência pronominal no discurso. Assim, em Italiano, "Quali libri<sub>1</sub> hai preso? Li<sub>1</sub> hai pagati?" é possível, mas "Che hai preso? \*Lo hai pagato?", não. O mesmo contraste existe em português: "Que livro comprou o João? Pagou-o?", mas "Que comprou o João? \*Pagou-o?". A diferença, como propõe Cinque, parece poder ser razoavelmente atribuída ao tipo de referência que há no constituinte interrogativo: constituintes interrogativos como "Quali libri", port: "que livro", "retêm alguma força referencial" (Cinque, sic), contrariamente ao que acontece com constituintes do tipo "che/che cosa" ou "que" em português. Dá depois exemplos com "parasitic gaps" que acho que não funcionam muito bem em português. De qualquer modo, a diferença entre "Não sei que livro compraste, mas sei que não o leste" e \*"Não sei que compraste, mas sei que não o leste" é evidente. No sistema que proponho "que" é menos "referencial" do que "que livro". É esse o sentido de gradação da força referencial.

JOÃO PERES. Eu só não concordo com a expressão, de facto, porque acho que "referência de uma expressão", a expressão tem referência ou não tem referência. Eu portanto só sugeria que em vez de referencial se falasse de grau de restrição referencial. Aliás, tu falas de restrição e o [r] é, nessa perspectiva, mais restrito ou menor restrito.

MANUELA AMBAR. Não sei se reparaste, mas quando eu falei deste conjunto como sendo um subconjunto R do conjunto  $\emptyset$  de traços propostos por Chomsky, disse que ele tinha o poder de restringir o domínio de referência de  $\alpha$  (a c.v.). É esse o sentido de [ $\pm$ r], maior ou menor restrição do domínio de referência. Daí "força referencial". Mas não encontrei de facto expressão melhor...

ANA BRITO. Eu queria fazer uma pergunta, se é possível. Uma pergunta era... Bom, há várias coisinhas que eu gostaria depois de perguntar-te melhor, porque numa primeira audição há coisas que escapam. Percebi bem se tu te referiste à existência de uma cadeia constituída entre o constituinte movido para COMP e o seu vestígio?

MANUELA AMBAR. Pois, falando da proposta de Torrego. O que Torrego diz é que numa frase com uma estrutura como (18b.), o vestígio do elemento interrogativo que está em COMP não é propriamente governado, porque o vestígio do verbo não governa propriamente.

ANA BRITO. Não governa propriamente uma cadeia?

MANUELA AMBAR. Não. Não governa propriamente o vestígio. Os vestígios de verbo não governam propriamente, à partida.

ANA BRITO. Está certo, perfeitamente.

MANUELA AMBAR. Logo, o vestígio "j" não seria propriamente governado. E ela propõe essa definição que tens aí, para resolver este problema.

ANA BRITO. Sim, mas porque é que te referes a cadeia constituída pelo morfema em COMP e o seu vestígio?

MANUELA AMBAR. Porque é essa a definição de Torrego.

ANA BRITO. Como sabes, na teoria, embora talvez houvesse vantagem, nunca se estudou propriamente a existência de cadeias  $\bar{A}$  constituídas por morfemas em COMP e os seus vestígios, embora haja, obviam-

mente, cadeias  $\bar{A}$  noutro tipo de circunstâncias. E não se propõe isso precisamente porque há talvez contra-argumentos, não das estruturas interrogativas, mas de outras construções que envolvem movimento Qu- para a não existência de cadeias  $\bar{A}$ .

MANUELA AMBAR. É evidente, eu nem faço uso da noção de cadeia. De facto, a minha análise vem mais na linha de Huang, Lasnik & Saito e não é necessária a noção de cadeia, como viste.

ANA BRITO. Pois. Pois não.

MANUELA AMBAR. A noção de cadeia que aqui está é a de Torrego. Eu só disse que Torrego, para resolver o problema do governo próprio do vestígio em posição objecto, apresenta a definição que está em (21): [e] é propriamente governado se e só se há um  $X^0$  tal que  $X^0$  governa [e] ou, [e] está numa cadeia  $C = (a_1 \dots a_n)$ , tal que para cada  $i$ ,  $a_i$  é governado e  $n$  é maior do que  $i$ . É assim que Torrego resolve o problema do governo. É uma proposta dela.

ANA BRITO. Exactamente. Só que provavelmente esta estrutura está correcta, esta definição estará correcta para uma cadeia  $A$ , mas não para uma cadeia  $\bar{A}$ .

MANUELA AMBAR. Mas repara que ela não põe a noção de cadeia que se põe em termos de cadeias para a Teoria dos papéis temáticos, etc..

ANA BRITO. Pois...

MANUELA AMBAR. Suponho que não. Não é essa a ideia dela. É uma definição para resolver o problema do governo, que eu não adopto, como deves ter percebido, porque inclusivamente se põe o problema do movimento do "quando", cujo vestígio não seria governado, nem pelo vestígio do verbo.

ANA BRITO. Pois, exactamente. Agora és capaz de me dizer uma coisa?

Tu disseste que quando há movimento do verbo, esse verbo e flexão governam à sua esquerda?

MANUELA AMBAR. Exacto.

ANA BRITO. Isso é que é bastante discutível. É bastante discutível considerar que aquele elemento é governado no interior de  $\bar{S}$ , estando em posição COMP.

MANUELA AMBAR. Por enquanto ainda se considera que a flexão governa à esquerda o SN.

ANA BRITO. Sim... Bom, e agora gostaria de pôr o problema talvez mais importante para a tua análise e que tu deves saber bem que é o é que. Porque é que tudo isto com é que de facto não necessita da inversão? Porque eu parece-me que esta análise é bastante interessante, de facto, mas ela só é válida para as interrogativas em que não há é que, e, portanto, em que se põe de facto o problema da regência da categoria vazia e do constituinte...

MANUELA AMBAR. Bom, isso faz parte de um trabalho mais vasto que eu apresentei no ano passado em Paris e que trata de todas estas questões. Aqui para o colóquio tinha que fazer uma escolha... De facto proponho que em todos os outros casos de inversão não obrigatória, não é o verbo que sobe mas o SN que desce, na linha de Kayne.

ANA BRITO. Perfeitamente. Porque é estilística, é opcional. Mas porque é que a existência de é que em toda e qualquer interrogativa licencia, digamos assim, todo o (constituinte)?

MANUELA AMBAR. Acho que está à vista. Pura e simplesmente porque o é que governa a categoria vazia em COMP. Quer se adopte ou não a perspectiva de Obenauer, que estudou detalhadamente o comportamento de é que em francês. Ele chega ao ponto de considerar que o é que sofre com o constituinte interrogativo em COMP uma

absorção. Acho que não é preciso talvez tratar esta questão em termos de absorção e estou neste momento a trabalhar sobre o assunto com ele.